

MANIPULAÇÃO DA MORTE

MANIPULATION OF DEATH

Leonardo Oliveira¹

RESUMO

A utilização do medo da morte como instrumento de manipulação leva a questões concernentes à liberdade de morrer, como a eutanásia e o suicídio. Neste estudo, serão abordados os conceitos de *medo* em Aristóteles e Heidegger e o conceito de fobia em Freud, para então analisá-los como dispositivos de manipulação. Pretende-se obter como resultado final uma reflexão acerca do medo de morrer e uma investigação sobre o desejo de manipulação da morte como fatalidade ou promessa de paraíso. Por fim, um rompimento incipiente dos tabus que configuram a questão da eutanásia e do suicídio enquanto atos de libertação.

Palavras-chave: Manipulação; Medo; Eutanásia; Suicídio; Morte.

ABSTRACT

The use of the fear of death as an instrument of manipulation leads to issues related to the liberty of dying, such as euthanasia and suicide. This study will address the concepts of fear in Aristotle and Heidegger and the concept of fobia in Freud, further analyzing them as manipulation devices. As a final result we intend to achieve a discussion about the fear of dying and an investigation about the desire of manipulation of death as a fatality or a promise of heaven. At last, an initial rupture of the taboos that configure the matter of euthanasia and suicide as acts of deliverance.

Keywords: Manipulation; Fear; Euthanasia; Suicide; Death.

*“Se quiseres poder suportar a vida,
fica pronto para aceitar a morte.”
(SIGMUND FREUD, 1905)*

*“É mais fácil suportar a morte sem pensar nela do
que suportar o pensamento da morte sem morrer.”
(BLAISE PASCAL, 1852)*

No segundo livro de *Retórica* (1377b – 1403a), Aristóteles afirma que “o medo é uma dor ou agitação produzida pela perspectiva de um mal futuro que seja capaz de produzir morte ou dor” (1382 a) e, em *Ética a Nicômaco*, aponta que “o medo é definido como uma expectativa do mal” (1115). Entretanto, na perspectiva aristotélica, o medo não é visto como um mal em si; o aspecto negativo do mesmo residiria no desequilíbrio provocado por um temor desmedido (AIUB, 2008). Martin Heidegger apresenta, em *Ser e Tempo* (1927), o medo como um modo de disposição, e sugere que “aquilo de que se tem medo possui caráter de ameaça.” (HEIDEGGER, 2006 [1889-1976], pp. 200), sendo que “apenas o ente em que, sendo, está em jogo seu próprio ser, pode ter medo.” (HEIDEGGER, 2006 [1889-1976], pp. 201). Segundo o pensamento de Heidegger, o medo leva o ser humano a viver em um sentido que não aponta em direção alguma, como uma finalidade sem fim (CÂNDIDO DA SILVA, 2007).

Em Sigmund Freud, o conceito de fobia foi analisado desde o início de sua obra e pode ser classificado de maneira dicotômica conforme a natureza do objeto temido. No primeiro, que será citado neste estudo, encontram-se as fobias comuns, ou seja, aquelas cujos sinais são o medo excessivo de coisas que todos, em certa medida, temem, como por exemplo, a morte (FIRME, 2009).

*A fobia seria, segundo ele (Freud), a expressão psíquica da neurose de angústia, mais precisamente, o enquadramento do estado de ansiedade pelo sentimento de medo. Um mimetismo emocional criado pelo sujeito para lidar com a ameaça provocada por um objeto perigoso, cuja identidade o indivíduo desconhece.
(FIRME, 2009, p. 5)*

O medo pode servir como um poderoso instrumento de manipulação e também como uma forma de controle social². Segundo Maquiavel, a manipulação possui um papel fundamental no processo de estagnação do poder político, sendo que há a necessidade de uma persuasão para a obtenção do controle e dominação de uma população. Por se tratar de uma emoção primária, o medo é considerado um comportamento de proteção e, ao combinar-se com a antecipação, dá origem à ansiedade; ao

¹Mestrando em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação (PPG-FAU) da Universidade de Brasília.

²Mannheim (1971, p. 178) o define como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

combinar-se com a aceitação, dá origem à submissão (RODRIGUES, 2012).

O medo é um fenômeno psicológico criado na nossa mente a partir de uma combinação de traumas, expectativas e receios. Podemos tentar afastarmo-nos dele, mas, se a crença que o alimenta não for alterada, ele continuará ao nível do subconsciente. Atualmente há sistemas de manipulação através do medo cada vez mais elaborados. Tudo o que tememos prende a nossa atenção e procura-se mais informações, que nos são intencionalmente fornecidas, de modo a agirmos quando uma determinada situação ocorrer. (RODRIGUES, 2012, pp. 1)

A ideia de morte que permeia o inconsciente coletivo possui caráter amedrontador³ por natureza. O homem teme aquilo que desconhece e, recorrentemente, busca refúgio no mundo das ideias na tentativa de apaziguar seu estado de espírito. Epicuro apresentou o medo da morte como uma das grandes causas de sofrimento humano. Entretanto, “ele considerava que esses medos eram fundamentados em opiniões falsas, e propunha o conhecimento de si e do universo como caminho para a imperturbabilidade humana” (AIUB, 2008), apontando que não há razão em temer o fenômeno da morte:

acostuma-te à idéia de que a morte, para nós, é um nada. Todo o bem e todo o mal residem na faculdade de sentir; a morte, porém, é a privação desse sentimento. Assim, o conhecimento que a morte nada é torna deliciosa a nossa vida efêmera. Evidentemente, esse saber não modifica o limite temporal da nossa vida, contudo livra-nos do desejo de sermos imortais, pois para quem ficou ciente de que nada de terrível existe na ausência de vida, nenhum terror pode haver no viver. Mas se alguém argumentar que não teme a morte por causa da pena que ela trará quando vier, mas sim porque o simples fato de sua vinda já lhe é doloroso, é um tolo; pois é doídice que algo que não nos cause receio quando acontecer possa trazer-nos pena, durante a espera, pelo fato de ser esperado. (EPICURO, “Pensamentos”, 2005, pp. 38)

Nos tempos antigos, a morte era domada⁴. Em cerca de dois milênios, a atitude do homem perante a morte permaneceu imutável, sendo reconhecida como um fenômeno próximo e familiar (AIRÈS, 1977), embora ainda fosse um mistério.

Ela (a morte) está agora tão apegada aos nossos costumes que dificilmente podemos imaginá-la e compreendê-la. A atitude antiga que vê a morte ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada, opõe-se demais à nossa, onde nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome. É por essa razão que, ao chamarmos essa morte familiar de morte domada, não queremos dizer com isso que antes ela tenha sido selvagem e, em seguida, domesticada. Queremos dizer, pelo contrário, que ela se tornou selvagem, enquanto anteriormente não o era. (AIRÈS, 1977, pg. 37)

Elisabeth Klüber-Ross (1969) atribui o crescente medo da morte às mudanças que ocorreram na área da medicina dentro das últimas décadas. Segundo a autora, os avanços na medicina “são responsáveis pelo crescente medo da morte, pelo aumento do número de problemas emocionais e pela grande necessidade de compreender e lidar com os problemas da morte e do morrer.” (KLÜBER-ROSS, 2012 [1969], pp. 6). Portanto, a aceitação da ideia da morte como fatalidade não está imbricada na sociedade ocidental desde sua gênese. O medo da morte cresce na medida em que a sociedade avança.

O tema da morte, ainda na modernidade, é tratado como um tabu para o homem do ocidente, revelando a incapacidade do indivíduo perante sua própria finitude e o grande mistério que permeia o desfecho da vida. A efemeridade dos acontecimentos cotidianos acaba por provocar uma grande urgência no homem moderno em aproveitar seu tempo em vida, dando origem a vários mecanismos de se afastar da morte. Entretanto, ver a perda como fatalidade, ocultar os sentimentos ou tentar eliminar a dor podem ser formas de negar as emoções que a morte provoca com o intuito de se evitar o sofrimento. (KÓVACS, 1992). Sugere-se, então, que a morte enquanto fatalidade configura um modo de

³Em “*Ser e Tempo*”, Martin Heidegger conceitua o “amedrontador” como o *de que se teme*: “É sempre um ente que vem ao encontro dentro do mundo e que possui o modo de ser do que está à mão, ou do ser simplesmente dado ou ainda da copresença. Não se trata de relatar onticamente o ente que, na maior parte das vezes e das mais diversas formas, pode tornar-se “amedrontador”. Trata-se de determinar fenomenalmente o que é amedrontador em seu ser amedrontador. O que pertence ao amedrontador como tal a ponto de vir ao encontro no ter medo?” (HEIDEGGER, 2006 [1889-1976], pp. 200)

⁴Segundo Philippe Airès (1977), a expressão é encontrada recorrentemente desde a obra de Homero até Tolstói, indicando uma posição global perante a morte que é estática e imutável ao longo do tempo e que possui um caráter familiar e próximo, opondo-se à concepção de morte “selvagem” do homem moderno (AIRÈS, 1977).

manipulação do homem ocidental moderno, ou seja, o homem é manipulado pelo medo criado pelo próprio homem.

No antigo império do Egito, a vida eterna era um privilégio somente dos faraós que, através da mumificação, tinham acesso ao Paraíso. Posteriormente, o desejo de se possuir vida eterna passou a ser reivindicado pela aristocracia e, a partir daí todas as outras classes começaram a fazer a mesma exigência. Quando a possibilidade de vida eterna é exclusiva a um grupo específico cria-se uma sociedade temerosa, que não consegue justificar sua condição terrena. É possível impor uma série de códigos sociais e culturais para que o oprimido obtenha aquilo que ele considera como sendo importante.

A partir do século X, a Igreja Católica obteve espaço para iniciar a expansão do seu "império da fé". Assim, acreditar em Cristo pressupunha uma série de regras que todo indivíduo deveria seguir para merecer um lugar após a sua morte no Paraíso celeste, ao lado de Deus (MACHADO, 2013).

Objetivando fazer os povos merecerem esse lugar no Paraíso, a Igreja instruiu os fiéis a não pecarem, obedecendo aos mandamentos divinos e fazendo caridade. Essa caridade, por sua vez, além da ajuda ao próximo, também estavam diretamente relacionadas à doação de bens para a Igreja Católica, a fim de ajudá-la a prosseguir em sua missão. Os nobres, então, como forma de se livrarem do que a religião considerava seus pecados terrenos, deveriam doar à Igreja bens materiais, como dinheiro, terras e riquezas. Portanto, o crescimento do poder dessa instituição e o tamanho de sua fortuna estão diretamente relacionados com a capacidade que a Igreja tinha de fazer com que os fiéis acreditassem nas verdades que ela pregava. Mais do que acreditar nelas, os fiéis deveriam temer a ira divina e o risco de queimarem no fogo do Inferno após a morte. (MACHADO, 2013)

Embora a questão da liberdade tenha sido introduzida pelos pensadores jesuítas através do conceito de *livre-arbítrio*, este não era livre de contradições. A Companhia de Jesus foi composta pelos primeiros membros do clero capazes de entender os desafios da modernidade, como a ascensão do racionalismo e a transição do teocentrismo ao antropocentrismo. Entretanto, a doutrina se montava em uma estrutura absolutamente centralizadora (KARNAL, 2014). No que diz respeito ao ensino dos missionários jesuítas em Portugal,

o domínio em que mais se notabilizaram os jesuítas portugueses foi a Filosofia. Claro que o estudo da Filosofia devia encaminhar-se no sentido da formação intelectual, mas tendo sempre em vista o fim religioso que norteava a ação da Companhia de Jesus. Como sempre tinham rejeitado, por perigoso à unidade da Igreja, esse caminho projetado pelo livre-arbítrio, os jesuítas retornaram a Aristóteles e sobre ele construíram um pensamento consistente que os devia defender da instabilidade de opiniões. (FERREIRA, 2004, pp. 61)

A Companhia de Jesus era defensora do livre-arbítrio e se manifestou diante de questões fundamentais da modernidade como, por exemplo, a separação da experiência do Cristianismo de sua base cultural, ou seja, para ser adepto do cristianismo, não era necessário ser italiano ou espanhol; o indivíduo poderia ter outra nacionalidade (KARNAL, 2014). Apesar da defesa do livre arbítrio, havia a imposição da obediência, ou seja, a rigor, a própria omissão do livre arbítrio (KARNAL, 2014). Não obstante,

os jesuítas foram ambíguos. Por um lado estimulavam a leitura de autores críticos. O padre Clavijero ensinava autores racionalistas no México do século XVIII. Mas foram inimigos dos filósofos franceses, conseguiram pressão para a censura da Enciclopédia, combateram a influência iluminista. Havia um iluminismo jesuítico que era distinto do iluminismo da Enciclopédia. (KARNAL, 2014)

a Companhia é uma peça fundamental na construção do mundo moderno. Não importa nossa relação de louvor ou de crítica, a ação continua lá. Este seria mais um momento de entender do que qualificar as ações jesuíticas, até porque qualificar fala muito de nós e pouco do outro. (KARNAL, 2014)

A questão da eutanásia pode representar um exemplo atual de cerceamento de liberdade perante a própria vida e morte, tendo em vista as implicações éticas que o ato incide e por se tratar de um assunto íntimo e intransferível (HUMPHRY; WICKETT, 1989). Segundo Tatiana Alves Guimarães (2014),

o termo eutanásia vem do grego, podendo ser traduzido como "boa morte" ou "morte apropriada". O termo foi proposto por Francis Bacon, em 1623, em sua obra "Historia vitae et mortis," como sendo o "tratamento adequado às doenças incuráveis". De maneira geral, entende-se por eutanásia quando uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Nesse último caso, a eutanásia seria justificada como uma forma de evitar um sofrimento acarretado por um longo período de doença. (pp. 89)

Entretanto, o sentido de "boa morte" – suave e sem sofrimento – (BACON, 1623), não está ligado à acepção da atualidade.

Para se caracterizar a eutanásia, é necessário classificá-la em duas modalidades distintas: a ativa e a passiva; ambas as maneiras dizem respeito às intenções de se realizar o ato e precedem o efeito da ação. É importante ressaltar a diferença existente entre a decisão de interromper um tratamento e a decisão de não implantar um tratamento em um paciente que esteja em sofrimento físico ou psíquico (ALVES, 2014), sendo estes os modos de eutanásia ativa e passiva, respectivamente.

A "eutanásia ativa" conta com o traçado de ações que têm por objetivo pôr término à vida, na medida em que é planejada e negociada entre o doente e o profissional que vai levar e a termo o ato. A "eutanásia passiva" por sua vez, não provoca deliberadamente a morte, no entanto, com o passar do tempo, conjuntamente com a interrupção de todos e quaisquer cuidados médicos, farmacológicos ou outros, o doente acaba por falecer. São cessadas todas e quaisquer ações que tenham por fim prolongar a vida. Não há por isso um ato que provoque a morte (tal como na eutanásia ativa), mas também não há nenhum que a impeça. ("Eutanásia". Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Eutanasia>>. Acesso em Dez. 2015)

Os adeptos da eutanásia ativa defendem a necessidade de alívio de sofrimento dos indivíduos que possuem uma enfermidade incurável, antecipando um desfecho inexorável. Porém, a decisão deve partir do próprio indivíduo que está em sofrimento; o mesmo deve expressar, consciente e livremente, seu desejo de não prolongar sua vida em vão (HUMPHRY; WICKETT, 1989).

Desde a civilização grega já se discutia a validade de promover a morte de alguém em sofrimento irreversível. Alguns pensadores como Sócrates, Platão e Epicuro, por exemplo, defendiam que o sofrimento decorrente de uma doença dolorosa justificava o suicídio assistido. Já outros, como Aristóteles, Pitágoras e Hipócrates condenavam tal prática (MARTON, 2009).

Na antiguidade greco-romana, reconhecia-se o direito de morrer; era o que permitia aos doentes desesperançados pôr fim à própria vida, contando por vezes com o auxílio de outrem. Com o cristianismo introduziu-se a noção de sacralidade da vida, passando-se a concebê-la como um dom de Deus a ser preservado; foi o que levou à extinção das práticas dos antigos (MARTON, 2009, pp. 1)

A doutrina moral da Igreja Católica, atualmente, condena a eutanásia por considerar que a vida é um dom de Deus e por isso é sagrada e inviolável em todas as suas fases e situações (MARTON, 2009). Já para Nietzsche, não é desmedido dizer que é a vida, ela mesma, que, vencida, se reduz à sobrevivência, quando não suporta a doença nem tolera a dor (MARTON, 2009).

Em vida, um indivíduo possui o livre-arbítrio para tomar as próprias decisões, tendo consciência ou não do efeito das mesmas. Se há liberdade sobre a própria vida, questiona-se aqui o cerceamento da liberdade perante o ato de morrer: se a morte é o único desfecho possível do viver e configura um fenômeno inescusável, qual seria o sentido em prolongar-se a vida de indivíduos portadores de enfermidades irreparáveis? No Brasil, um país de tradição cristã⁵, talvez seja possível apontar possíveis repostas.

⁵Atualmente no Brasil, os devotos do cristianismo representam 86,8% da população. (Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censodemog2010_relig>. Acesso em Dez. 2015.)



FIGURA 01: “Pena de morte”(1436–1438), de Pisanello. A sociedade encara a vida como um bem que não pode ser disposto nem por decisão do próprio indivíduo, mas tolera assassinatos em guerras e a pena de morte. FONTE: Revista Filosofia⁶.

No Brasil, a eutanásia é considerada uma forma de homicídio. A lei não faz qualquer referência específica a ela, mas a prática é julgada de acordo com o artigo 121 do Código Penal, que pune crimes de homicídio com penas de seis a 20 anos de reclusão. Há projetos tramitando no Congresso para mudar tal situação. Um deles faz parte da própria reforma do Código Penal. Parte do anteprojeto que está sendo elaborado para dar lugar à legislação penal atual prevê a alteração de dispositivos do Código Penal, legislando sobre a eutanásia em dois itens do artigo 121. No parágrafo 3º, buscando reduzir a pena de reclusão, caso o autor do crime tenha agido por compaixão e a pedido da vítima. No 4º, tentando descriminalizar o ato de deixar de manter a vida de alguém por meios artificiais, caso a morte tenha sido atestada como iminente e inevitável, desde que solicitado pelo paciente ou parentes próximos. (MARTON, 2009, pp. 2)

A disparidade entre a idolatria da vida de que se beneficiam alguns indivíduos e a cultura da morte a que se condenam outros é notável. No contexto brasileiro, se a eutanásia é considerada um crime por reputar o respeito à vida um valor fundamental, há muitos indivíduos que não se orientariam por esse mesmo princípio. Neste sentido, se a condição humana fosse aceita em sua fragilidade e finitude, talvez a morte e a vida não fossem pensadas como termos opostos (MARTON, 2009).

Albert Camus (1942) escreveu que “só há um problema filosófico verdadeiramente sério: o suicídio”. De acordo com os gregos, o termo diz respeito à “morte voluntária” e deriva do latim *sui* (“próprio”) e *caedere* ou *cidium* (“matar”)⁷.

O fenômeno do suicídio não é atual, pois já estava presente em pensadores da Antiguidade como, por exemplo, Egésia, um filósofo representante do Hedonismo, que tinha a alcunha de “aquele que persuade a morrer”:

⁶Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/38/artigo147877-3.asp>>. Acesso em Dez. 2015.

⁷Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/38/artigo147877-2.asp>>. Acesso em Dez. 2015.

por ser defensor aberto e incentivador do suicídio, foi proibido pelo rei Ptolomeu de dar aulas, pois sua docência era tão convincente que muitos de seus alunos encararam a morte como poucos encarariam, fitamente, o sol do meio-dia. A posição de Egésia é uma das mais radicais. Assim, no sentido em que cultua o suicídio, morrer é libertar-se; portanto, para ele, “o verdadeiro fim da ação humana não é a satisfação do prazer, mas a exclusão da dor [...], por quantos esforços o homem faça, jamais conseguirá escapar realmente à dor, à má sorte, ao absurdo, à ausência de sentido, à futilidade da felicidade [...]”. (JÚNIOR, 2011, pp. 1)

Em contraposição, destaca-se a filosofia de Epicuro que, não só considerava sem sentido as angústias em relação à morte, como pregava que o sentido da vida era o prazer. O papel da filosofia epicurista era o de cuidar da saúde da alma. Entretanto, Epicuro não era ateu, como foi acusado na Antiguidade; ele acreditava na existência dos deuses, mas sustentava que estes eram indiferentes aos humanos. Já com os estoicos, o tema do suicídio recebeu um tratamento diferenciado (JÚNIOR, 2011):

Era natural que fosse assim, pois a filosofia estoica assume uma postura de total indiferença e resignação a todos os reveses que a vida ofertar. Nesse plano, morrer é, antes de tudo, um ato de conformidade com o logos, em que a morte voluntária deve ser um intento racional e não uma insanidade ou uma fuga gratuita, determinada por um evento trivial imposto pela vida. (JÚNIOR, 2011, pp. 1)

Para os estoicos, “o suicídio é visto como um ato de razão, cumprido após uma fria avaliação dos prós e dos contras; um gesto lúcido, racional e consciente que permite abandonar uma vida na qual o sofrimento, a desesperança, a indignidade tornaram-se implacáveis tiranos” (PECORARO in JÚNIOR, 2011). “O que se postula na doutrina estoica é a resignação e o desprezo de todo tipo de sofrer; entretanto, se o sofrimento ou a dor impedem o homem estoico de viver racionalmente, melhor deixar este mundo” (JÚNIOR, 2011, pp. 1).

Enquanto Aristóteles e Platão sustentavam o ato do suicídio como covardia, tantos os estoicos quanto Sócrates possuíam um posicionamento divergente: segundo José Fernando Pires Júnior (2011), Sócrates sustentava que somente em um caso muito particular a prática de tentar contra a própria vida deveria ser levada a cabo, qual seja, em obediência a um sinal divino.

Karl Marx (1846) reconhece a complexidade do fenômeno do suicídio e o expõe como um produto da sociedade. O autor também critica os indivíduos que maldizem os suicidas:



FIGURA 02: “Suicídio” (1877), de Édouard Manet.

A eutanásia é vista por muitos como um suicídio assistido, já que aquele que deseja pôr fim à própria vida não tem condições de fazê-lo sozinho e conta com a ajuda de outro. FONTE: Revista Filosofia⁸.

⁸Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Suicidio>>. Acesso em Dez. 2015.

é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza da nossa sociedade gerar muitos suicídios. (MARX, [1846] 2006, pp. 25)

No que diz respeito à coragem, se se considera que ela existe naquele que desafia a morte à luz do dia no campo de batalha, estando sob o domínio de todas as emoções, nada prova que ela necessariamente falte quando se tira a própria vida em meio às trevas. Não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa. (MARX, [1846] 2006, pp. 25)

Durante a Idade Média o ato de suicidar-se foi implacavelmente rechaçado, sendo considerado um pecado imperdoável e uma afronta a Deus (JÚNIOR, 2011). Atualmente no Brasil, a postura perante o fenômeno do suicídio não é muito distinta do que foi outrora.

São Tomás de Aquino afirma que “suicídio é sempre pecado mortal, porque vai contra a caridade e a lei natural”. Dante, por seu turno, condena ao fogo do inferno todos os suicidas. Lá, no segundo giro do sétimo Circulo do Inferno, estão as almas fadadas ao terrível castigo por causa da prática mortal, entre os quais encontra-se Píer della Vigna, homem de confiança do imperador Frederico II que se matou em 1249, após ter sido preso e cego sob a acusação de traição ao império. (JÚNIOR, 2011, pp. 1)

A morte voluntária é o extremo da solidão, angústia e desespero (JÚNIOR, 2011), porém, no sentido da liberdade, quando um indivíduo decide colocar fim à própria vida, o ato pode ser interpretado como uma maneira de libertação própria.

Concluindo, sugere-se que a morte pode ser manipulada pelos vivos como promessa de paraíso ou como fatalidade. O medo, entretanto, é apenas um dos modos de manipulá-la, apontando que a manipulação da morte através do medo reflete a tentativa implícita de manipular-se a vida. “É natural termos medo da morte, pois a Bíblia diz que ela é nossa inimiga.” (1 Coríntios 15:26).

Segundo Bauman (2008), “medo” é o nome dado à própria incerteza do homem: a ignorância acerca da ameaça e do que deve ser feito. “É por isso que nós tomamos medidas para proteger nossa vida. Mas, por causa de mentiras e superstições, alguns ficam “toda a sua vida sujeitos” a um medo infundado da morte.” (Hebreus 2:15).

Foi verificado que a maior parte dos autores da Filosofia estudados se opõe à ideia de permanecer no medo. Apesar de ser um estado natural, o medo exagerado de morrer é infundado, visto que o fenômeno da morte é inexorável e inerente a todos os seres vivos, inclusive estando presente ao longo de toda a vida humana através de mortes simbólicas. “Saber a verdade ajudará você a superar qualquer medo exagerado da morte, que poderia até mesmo tirar sua alegria de viver.” (João 8:32).

Por fim, no que diz respeito ao *direito de morrer*, a partir deste estudo foi verificado que os fenômenos da eutanásia e suicídio são amplamente rechaçados pela Igreja Católica, fato que se iniciou no período da Idade Média, com o ato do suicídio, e que perdura até o contexto atual. Tais assuntos representam afrontas à Ordem Divina e configuram tabus dentro do panorama de países de tradição cristã. Tratam-se de temas delicados talvez pelo fato de não haver diálogos suficientemente claro sobre os mesmos, o que pode representar atitudes de manipulação através da ignorância e mediocridade. Porém, como disse Platão, “podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro, a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz”. “Receio, porém, que, quando uma pessoa se dedica à filosofia no sentido correto do termo, os demais ignoram que sua única ocupação consiste em preparar-se para morrer e em estar morto.” (PLATÃO, 1991, pp. 65)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIUB, Mônica. *Oscilações da alma: o cogitar que alimenta a gangorra clássica da Filosofia, entre o temor e a esperança, levando ao descontrole afetivo*. Revista Filosofia, Edição 28, 2008. Disponível em <http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/28/artigo116936-1.asp>. Acesso em 22 de nov. 2015.
- ALVES, Tatiana Guimarães. *Tanatologia: recursos terapêuticos para trabalhar mudanças e perdas*. Belo Horizonte: CEAP (Centro de Estudos Avançados de Psicologia), 2014.
- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Tradução de Luiza Ribeiro.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Editora Ediouro, 1996.
- _____. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas: Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015.
- EPICURO. *Pensamentos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- FERREIRA, Antônio Gomes. *A educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII* in Histórias e Memórias da Educação no Brasil - Volume 1. Organização: Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- FIRME, Murillo Penna. *A Fobia e o Pensamento Freudiano*, 2009. Disponível em: <http://www.saude.inf.br/artigos/fobiaeopensamento.pdf>. Acesso em 22 de nov. 2015.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- HUMPHRY, Derek; WICKETT, Ann. *El derecho a morir: comprender la eutanasia*. Espanha: 1989.
- JÚNIOR, José Fernando Pires. *Suicídio: o adeus para (in) transcendência*. Revista Filosofia, Edição 31, 2011. Disponível em: <http://conhecimentopratico.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/31/artigo228115-2.asp>. Acesso em Dez. 2015.
- KARNAL, Leandro. *A Companhia de Jesus e a modernidade*. Apresentação no XVI Simpósio Internacional IHU – Companhia de Jesus. Unisinos-RS, 2014.
- KLÜBER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. Editora Martins Fontes, 1998.
- KÓVACS, Maria Júlia. *Morte e Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1992.
- MACHADO, Fernanda. *Igreja católica: Na Idade Média, essa instituição ganhou força política*, 2013. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/igreja-catolica-1-na-idade-media-essa-instituicao-ganhou-forca-politica>. Acesso em 23 de nov. 2015.
- MANNHEIM, Karl. *Libertad y Planificación Democrática*. México, Editora Fondo de Cultura Económica, 1971.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella.
- MAQUIAVEL. *O príncipe*. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.
- MARTON, Scarlett. *Eutanásia: A favor ou contra?*. Revista Filosofia, edição 38, 2009. Disponível em: <http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/38/artigo147877-1.asp>. Acesso em 11 de dez. 2015.
- PLATÃO. *Fédon*. Tradução e notas de José Cavalcante de Souza. 5ª Edição. São Paulo: Editora Nova Cultura – Coleção os pensadores, 1991.
- SILVA, Josué Cândido da. *Filosofia da existência: Heidegger, medo e angústia*, 2007. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-da-existencia-heidegger-medo-e-angustia>. Acesso em 22 de nov. 2015.